

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

CELESC GERAÇÃO S.A. – CELESC G

Subsidiária Integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc

**CNPJ: 08.336.804/0001-78
NIRE: 42.3.0003076-4
Inscrição Estadual: 255.267.177**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2019, mantendo foco na diretriz de ampliar a capacidade de geração de energia e no fortalecimento da presença da Celesc no setor de transmissão, a Celesc Geração S.A. – Celesc G, direcionou seus investimentos na melhoria, automação e ampliação das usinas que compõem o parque próprio, no aporte de recursos nas sociedades em que a Empresa possui participação societária e na continuação de importantes projetos alinhados com esta diretriz.

Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade instalada das usinas, maximizar o desempenho, reduzir os custos operacionais, dar mais confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPE's, os investimentos viabilizam, além da expansão do parque gerador, a diversificação do portfólio de negócios.

No ano, na área de geração o destaque ficou por conta do início das obras de ampliação da PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes. O projeto prevê incremento de 8,3 MW em sua capacidade instalada, totalizando 13,92 MW de potência total.

A Empresa também, em 2019, tramitou junto ao IMA/SC, o pedido de Licenciamento Ambiental de Instalação para implantação do projeto básico de ampliação da Usina Salto Weissbach, que se configura na maior ampliação prevista dentre as usinas do parque próprio. Localizada em Blumenau, com potência de 6,28 MW, a UHE opera desde 1914 e terá sua capacidade instalada acrescida em 23,0 MW.

Entre outros fatos do ano, iniciou-se o estudo de inventário do Rio Caveiras, localizado no Planalto Serrano Catarinense, visando a implantação do projeto de ampliação da CGH Caveiras. Este projeto prevê a ampliação em 10 MW da capacidade instalada da Usina.

Ainda com o foco na gestão de suas instalações, a Empresa tem direcionado investimentos para a eficiência do seu parque, por meio da automação e retrofit das usinas. Esse processo foi iniciado em 2014, sendo reforçado a partir da renovação das concessões, e deve ser concluído em 2020. Neste ano, foi iniciado o processo de automação da Usina Cedros, o qual deve ser concluído ainda em janeiro de 2020, possibilitando a operação remota da usina a partir do Centro de Operação da Geração – COG.

No mesmo sentido, a Empresa concluiu projetos de melhorias nos sistemas hidromecânicos e civis de diversas usinas, como a substituição do conduto adutor da Usina Cedros e das comportas de entrada da Usina Salto Weissbach, além de adequações nas estruturas civis das Usinas Piraí, Garcia e Bracinho.

No segmento de transmissão de energia, em 2019 a EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada entre EDP Energias do Brasil e Celesc G a partir do êxito no leilão nº 005/2016 ANEEL (Lote 21) de 2017, obteve todas as licenças ambientais de instalação, possibilitando a integralidade das obras deste empreendimento que está orçado em R\$1,1 bilhão e reforçará o sistema de Alta Tensão no estado, viabilizando nova conexão com o Sistema Interligado Nacional.

No ano, a Celesc G também lançou nova Chamada Pública buscando parceiros para implementar projetos de transmissão no Estado de Santa Catarina. Ao final de dezembro, o processo ainda estava em aprovação. Neste sentido, a Empresa reforça sua visão estratégica de ampliar a participação no setor.

Destaca-se também em 2019, o início da revisão do Plano Diretor e Planejamento Estratégico do Grupo Celesc, que deverá, a partir de 2020, direcionar a atuação e os investimentos da Celesc Geração, visando melhor consolidação e posicionamento de mercado.

Como resultado das ações e investimentos desenvolvidos, a Celesc G vem mantendo o histórico de desempenho econômico-financeiro positivo. Neste ano, a Empresa comercializou o montante de 692,4 GWh, volume 4,76% menor que 2018 influenciado principalmente pelos SWAP's de Energia realizados em 2018. O faturamento global foi de R\$164,4 milhões, redução de 7,36% em relação ao exercício anterior. Destaque, ainda, para o Lucro Líquido, R\$74,3 milhões com Margem Líquida de 50,0% e o EBITDA que assinalou R\$110,9 milhões, 25,6% acima do realizado em 2018 (R\$88,4 milhões).

Tais resultados ratificam o foco no fortalecimento do seu desempenho e na sua capacidade de gerar valor buscando atuar sempre de forma rentável, eficiente e sustentável num cenário de grande dinamismo e constante transformação.

Cleicio Poleto Martins
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório está à disposição para acesso público no *website* da Celesc, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação no Município onde está localizada a sede da Empresa e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de acordo com a legislação brasileira.

2. DESTAQUES DO ANO

Celesc Portas Abertas – Visita à Usina Piraí

Em 08 de junho, a Celesc G abriu as portas para visita à Usina Piraí. Mais de 600 pessoas visitaram as instalações da Usina, um ícone da memória da eletricidade em Santa Catarina, que passou a integrar roteiros de ecoturismo, como o circuito ciclístico promovido na cidade.

Inaugurada oficialmente em fevereiro de 1909, Piraí é a Usina mais antiga de Santa Catarina. Localizada no final da Estrada do Salto, ao pé da cachoeira do Piraí, no bairro Vila Nova, em Joinville, é uma das poucas Usinas do País a gerar energia sem sofrer interrupções desde a inauguração.

No início, fornecia energia para alguns prédios públicos e para iluminação das ruas do centro de Joinville. Hoje, a sua energia continua contribuindo com o sistema elétrico, porém, mais do que isso, representa um grande patrimônio da energia dos catarinenses.

Celesc Portas Abertas – Visita à Usina Bracinho

Em 23 de novembro, a Celesc G abriu as portas da Usina Bracinho, no município de Schroeder, para que a comunidade pudesse conhecer esse patrimônio histórico dos catarinenses, inaugurada em 1931 e em contínua operação desde então.

O evento contou com a participação de mais de 1.000 pessoas, que, além da usina, puderam apreciar a exposição sobre a memória da energia catarinense, como também de animais taxidermizados de espécies existentes na região e até uma feira de adoção de animais.

Além da Celesc G, o Instituto do Meio Ambiente, a Defesa Civil Regional, Associação Empresarial, Amvali, Bombeiros, Polícia Ambiental e outros convidados estiveram no evento prestando informações aos visitantes.

A Usina é um ícone da história da geração de energia que impulsionou o desenvolvimento da região norte catarinense, entre as décadas de 1930 e 1960. Atualmente, sua potência instalada é de 15 MW, com capacidade para abastecer aproximadamente 45 mil residências de porte médio.

Protocolo de Intenções com o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC

Em novembro, também, durante a abertura para visita da Usina Bracinho, a Celesc G e o IMA/SC, assinaram um protocolo de intenções para a realização de estudos e avaliações técnicas para a criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville.

A área onde será inserida a unidade, de aproximadamente 4.780 hectares, é de grande relevância ambiental, pois se encontra em um dos maiores maciços florestais contínuos de Mata Atlântica do País. Após a criação, será a quarta maior unidade de conservação estadual, atrás do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, da Reserva Biológica do Aguaí e do Parque do Acaraí.

O enquadramento da unidade de conservação irá garantir a continuação da operação das Usinas Bracinho e Piraí, aliada à possibilidade de abertura do local para visita pública, o que deve consolidar uma nova área de lazer em meio à natureza para a população catarinense.

Elaboração de Laudo Técnico das Barragens

Em 2019, a tragédia ocorrida em Brumadinho/MG, com o rompimento da barragem de rejeitos de minério, reacendeu a preocupação com o estado de segurança das barragens no Brasil, não somente para fins de mineração, mas também para outras utilidades, como as hidrelétricas.

A Celesc G possui 24 barragens que estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco. No entanto, a fim de corroborar esta constatação, dando maior credibilidade por meio de uma visão externa, a Celesc G contratou consultoria especializada de engenharia para estudo e emissão de laudo de segurança dessas barragens. Ao final do ano os trabalhos ainda estavam em andamento, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2020.

Êxito no Leilão A-4 de Energia Nova

A Celesc G vendeu a energia da ampliação da PCH Celso Ramos, no leilão A-4, realizado em 28 de junho de 2019, na sede da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em São Paulo/SP. Como destaque positivo, o valor obtido pela Celesc G na operação, que foi o maior registrado no leilão. Realizado em ambiente eletrônico, o leilão A-4 de 2019 determinou a entrega da energia em janeiro de 2023, com garantia de 30 anos.

Digitalização de Documentos Históricos

Em 2019, a Celesc G realizou levantamento de documentos classificados como históricos e de uso operacional e iniciou o projeto de digitalização. Foram identificados aproximadamente 10 mil documentos, principalmente plantas das áreas civil, elétrica e mecânica, que serão acessados/utilizados em formato digital, visando a perfeita conservação dos originais.

Novo Código de Conduta Ética

O Conselho de Administração aprovou, em reunião ordinária de julho, as novas versões do **Código de Conduta Ética e do Regimento Interno** da Celesc, que resultaram de um extenso processo participativo, com o envolvimento de diversos *stakeholders* da Companhia que reuniu 109 contribuições.

A ampla participação foi alcançada por meio de audiência pública realizada com representantes de dois públicos essenciais: consumidores e empregados. Durante o período de revisão, diversas ações de sensibilização foram desenvolvidas para despertar uma reflexão ética nas relações de trabalho e no ambiente de negócios.

Treinamento sobre Integridade Corporativa

Como desdobramento de suas ações para consolidar a sua cultura ética e de combate à má conduta na gestão de seus negócios, em 24 de outubro, a Celesc promoveu um Treinamento sobre Integridade Corporativa. Na ocasião, foi lançada a terceira versão do Código de Conduta Ética da Companhia.

A iniciativa, realizada na sede da Companhia, em Florianópolis, contou com a participação da Secretária Estadual de Integridade e Governança de Santa Catarina, Naiara Augusto, que falou dos objetivos estratégicos associados à criação dessa pasta.

Como principal participação, houve a palestra da advogada especializada em *Compliance* e membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, Marilza Benevides, que abordou o tema **Integridade Corporativa: mais que um dever, nosso verdadeiro princípio**.

Termo de Cooperação com Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Em 11 de setembro, em sua sede em Florianópolis, a Celesc firmou um acordo de cooperação técnica com a COPEL. O acordo formaliza a parceria com foco na solução de problemas e identificação de oportunidades nas áreas de micro e minigeração distribuída, comercialização de energia, inadimplência, perdas técnicas e perdas não técnicas causadas pelas ligações irregulares.

Novo Portal Celesc

Em setembro, entrou em operação o novo *site* da Celesc. Com design simples, claro e intuitivo, o conteúdo foi pensado para o consumidor, com destaque para serviços, canais de atendimento e dúvidas mais frequentes.

A navegação foi planejada para celular e *tablet*, tornando possível o acesso em qualquer dispositivo de forma rápida e mais segura, pois conta com a solução de segurança BIG IP, a mesma usada em bancos. Uma grande novidade foi a adoção de tradução digital e automática para libras por meio de um intérprete virtual. O *site* também oferece agora controle do contraste e opção do tamanho de fonte, que garantem mais comodidades para usuários daltônicos e para navegação pelo teclado.

Plano Diretor 2025-2035

Em novembro, foram apresentados os resultados do primeiro ano de trabalho de reestruturação e revisão do Plano Diretor da Celesc, que estabelecia metas até 2030. Nessa redefinição, as metas passaram a visar o período de 2025 (médio prazo) a 2035 (longo prazo).

Foi estabelecida uma nova identidade corporativa, que consolida o conjunto de elementos estratégicos que representam a companhia como seu princípio de existência, seus valores e diretrizes, e suas metas estratégicas.

Após avaliação de opinião de empregados e ampla discussão entre consultoria externa, Diretoria Executiva e gestores do projeto, foram definidos ainda Propósito, Valores e Princípios, Missão e Visão de Negócios, quais sejam:

Propósito:

Cumprir sua função pública de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

Valores e princípios:

- **Ética** na conduta com pessoas e processos;
- **Responsabilidade** com a sociedade, com os empregados e com o meio ambiente;
- **Eficiência** refletida na geração de valor aos acionistas e na qualidade do serviço prestado aos clientes.

Missão

Oferecer soluções em energia com excelência, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio.

Visão

Ser uma empresa de energia eficiente, reconhecida por seu nível de qualidade e geração de valor.

3. PERFIL EMPRESARIAL

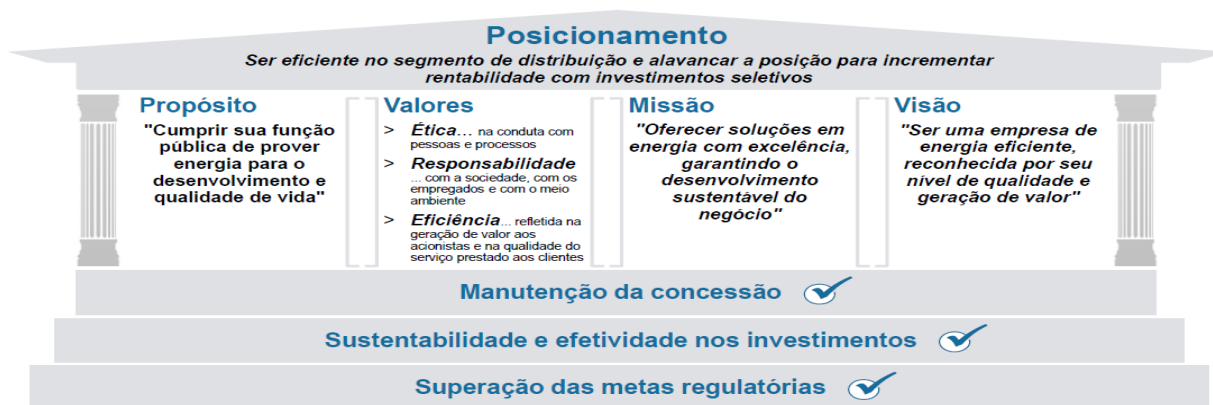
A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR

As premissas estratégicas da Celesc fazem parte de seu Plano Diretor Celesc 2025-2035, um plano amplo e de longo prazo, reestruturado em 2019 (do então denominado Celesc 2030) depois de exaustivos estudos de cenários, objetivos dos *stakeholders* e as diretrizes legais vinculadas, para indicar o caminho a ser seguido pela Companhia. O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento e Objetivos Estratégicos e as macrometas até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos e o detalhamento dessas Iniciativas Estratégicas aos Planos de Eficiência Operacional.

A Reestruturação e a Revisão do Plano Diretor, Estratégico e Operacional da Celesc definiram o posicionamento estratégico em suas bases estratégicas: Propósito, Missão, Visão e Valores e estabeleceu as premissas fundamentais, conforme representado na figura a seguir:

Estratégia e premissas fundamentais



Por sua vez, o mapa estratégico define os objetivos estratégicos que são direcionadores de resultados que a Empresa pretende atingir e norteiam as macrometas.

Os objetivos da Celesc G são:

- Garantir uma estrutura financeira sustentável com gestão de riscos ativa;
- Fornecer energia com efetividade e confiabilidade em cada sub-região da concessão;
- Estabelecer um relacionamento de excelência com os clientes;
- Oferecer soluções em energia adequadas aos diferentes tipos e segmentos de clientes;
- Gerir riscos de balanço energético com eficiência;
- Assegurar os fluxos devidos de recebíveis;
- Garantir correta apropriação dos investimentos realizados;
- Garantir práticas éticas e sustentáveis ambiental e socialmente;
- Exercer a gestão regulatória ativa, envolvida em todos os processos relacionados;
- Desenvolver capacidades críticas e motivação dos empregados;
- Promover ambiente de meritocracia.

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, foram definidas as Iniciativas Estratégicas da Celesc G para os próximos 5 anos de 2020 a 2025, que são: Automação e Transformação Digital, Investimento Seletivo em Novos negócios e Gestão por Processos.

4.1. Orçamento Base Zero

Desde 2017, a Empresa passou a adotar a metodologia Orçamento Base Zero – OBZ, o qual começa a partir de uma "base zero" e todas as funções dentro de uma organização são analisadas pelas suas necessidades. As áreas precisam justificar suas necessidades, rodadas de negociação são efetuadas e a proposta final é priorizada de acordo com os objetivos estratégicos da Empresa. O OBZ engloba também os custos variáveis de pessoal, tais como hora extra, sobreaviso e periculosidade.

5. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

A Celesc e suas subsidiárias contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativa e relacionada à segunda linha de defesa, tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

5.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc possui uma política de gestão estratégica de riscos e controles internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de riscos e controles internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica acompanhar e avaliar os reportes de riscos e não conformidades e o nível de conformidade dos processos da organização.

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, foi criado em 2018, em atendimento à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE cujas atribuições, são supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos do Grupo Celesc.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites de riscos e desenvolvimento de planos de ação para mitigação de riscos, acompanhar a execução dos pontos de controle em suas áreas.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL, que entre em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

No menu Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), estão disponíveis todas as informações relativas a Estrutura, Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Políticas, Regimentos, Código de Conduta Ética, Contrato de Concessão e documentos do Nível II de Governança.

5.2. Compliance

Instaurados em 2018, em atendimento à Lei Federal nº 13.303/2016, a instância de *Compliance* e o Programa de *Compliance* da Celesc representam mais um mecanismo de transparência e governança corporativa. Alinhado às melhores práticas, o Programa foca no atendimento à legislação anticorrupção, atuando para prevenção, detecção, resposta e correção de possíveis atos de fraude e corrupção, buscando tornar a cultura organizacional da Companhia cada vez mais íntegra e ética.

O Programa de *Compliance* da Celesc está baseado em 6 pilares fundamentais:

- ✓ O primeiro é chamado de Tom da Liderança e se caracteriza pelo patrocínio e pelo exemplo da alta administração.
- ✓ O segundo pilar compreende as Diretrizes. Ele é composto pelo Código de Conduta Ética da Celesc e demais Políticas de Integridade.
- ✓ O terceiro pilar do Programa é a Comunicação e o Treinamento. Esse pilar é marcado pelas divulgações nos canais de comunicação e pelo treinamento periódico do Programa.
- ✓ O Monitoramento é o quarto pilar, contemplando o Canal de denúncias éticas, o Mapeamento e o Monitoramento dos Riscos de Integridade, a Análise de Integridade de Agentes Econômicos e Parceiros e os Reportes.
- ✓ O quinto pilar é a Investigação, que trata especialmente das Sindicâncias e do Inquérito Administrativo.
- ✓ Por fim, temos as Medidas Corretivas. Essas medidas são representadas pela aplicação da Política de Consequência e pela Promoção da Melhoria Contínua do Programa.

Em 2019, o Programa de *Compliance* se fortaleceu com o apoio da alta administração. Entre outras iniciativas, destaque para a assinatura pela Diretoria Executiva da Carta Compromisso, na qual assume a missão de patrocinar as ações e práticas de *Compliance*, contribuindo para uma gestão mais transparente e legítima. Além disso, durante o decorrer do ano, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Celesc acompanharam, por meio de reportes, as ações ligadas ao Programa.

Uma série de treinamentos sobre governança, ética e integridade também foram realizados, entre eles, o treinamento “**Integridade corporativa – mais que um dever, nosso verdadeiro princípio**”, no qual foram abordados temas relacionados a ética e integridade e envolveu os empregados da Companhia. Também foi realizado o treinamento “**Compliance à Luz da Governança Corporativa**” destinado exclusivamente aos membros do Conselho de Administração.

Ao mesmo tempo, foi realizado um *workshop* para gerentes sobre assédio moral e discriminação no trabalho, com transmissão ao vivo para Núcleos e Unidades, por meio de videoconferência. Um treinamento específico sobre o Código de Conduta Ética foi desenvolvido para que 100% dos empregados da Companhia tenham pleno conhecimento das normas estabelecidas no Código de Conduta Ética da Celesc.

Esses eventos de treinamento visaram promover a ideia de que a integridade vai muito além do cumprimento de deveres e obrigações, sendo um verdadeiro princípio que deve ser perseguido por todos na Companhia.

Peças publicitárias com reflexões e lembretes sobre comportamento ético e íntegro, envolvendo a conduta que se espera dos empregados, com base em suas normas internas, foram desenvolvidas pela área e divulgadas nos meios de comunicação interna.

Importantes normativas de integridade que visam mitigar os riscos de integridade foram criadas e outras revisadas.

Com base em pesquisa de percepção foram mapeados os riscos de Integridade da Empresa e desenvolvido o Mapa de Riscos de Integridade, que representa a parte inicial de um trabalho para estabelecer ações específicas para a mitigação dos principais riscos identificados.

Foi também desenvolvido um projeto para um novo formato do canal de denúncias da Celesc, disponível no *site* da Companhia, para permitir que as denúncias relacionadas ao comportamento ético sejam feitas separadamente das denúncias destinadas à Ouvidoria, as quais envolvem serviços prestados pela Celesc e denúncias de fraude e irregularidades na rede elétrica, fortalecendo a condução do processo de denúncias em nosso Canal (www.celesc.com.br/fale-conosco/denuncias).

Para conhecer mais sobre o Programa de *Compliance* da Companhia, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri).

6. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2019, o Produto Interno Bruto – PIB, totalizou R\$7,3 trilhões, assinalando um crescimento de 1,1%, após altas de 1,3% em 2018 e 2017, e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Em 2019, destacam-se as altas nos setores da Agropecuária (1,3%), da Indústria (0,5%) e de Serviços (1,3%).

Em 2019, a taxa de investimento foi de 15,4% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,2%). No total, os investimentos aumentaram 3,5% em relação ao ano anterior.

Do lado da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,8%, enquanto a demanda do governo reduziu 0,5%. A formação bruta de capital fixo, uma medida de investimentos, cresceu 2,2%, totalizando R\$131,7 bilhões em 2019 contra R\$122,8 bilhões realizados em 2018.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 4,31% em 2019. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM reflete a evolução dos preços administrados e apontou 7,32% como resultado da variação cambial ocorrida no período.

A Taxa de Juros medida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic fechou o ano a 4,50%, decorrente dos estímulos da política monetária à economia. A taxa de juros real, considerando o IPCA, foi quase zero.

No mesmo período, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil e considerado como uma prévia do Produto Interno Bruto – PIB, registrou 2,54% contra 0,89% observado no Brasil.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1. Cenário Hidrológico

No ano, o cenário hidrológico mostrou-se bastante desfavorável para a geração de energia elétrica em Santa Catarina e a produção das usinas da Celesc G foi bastante prejudicada em 2019. O percentual do tempo que o Parque Gerador ficou parado por falta de água em 2018 foi de 22,4%, sendo que, em 2019, foi de 25,6%, representando impacto negativo de 3,2 p.p. em relação ao ano anterior.

Entretanto, no acumulado do ano, verificou-se aumento de 13,56% no volume de energia gerada se compararmos com o ano anterior. Além da escassez e distribuição irregular das chuvas, o desempenho também foi impactado por obras de investimentos como a automação da Usina Cedros, troca das comportas e reconstrução do Tubo de Sucção da UG4 da Usina Salto, e da turbina da UG2 da Usina São Lourenço.

Outros fatores que contribuíram com o acréscimo do volume gerado foram a redução da indisponibilidade por manutenções (1,2%) e redução da indisponibilidade por investimentos – geradores parados para realização de melhorias (8,3%).

O fator de capacidade global em 2019 foi de 54,9%, representando 11,5 p.p. acima do verificado em 2018.

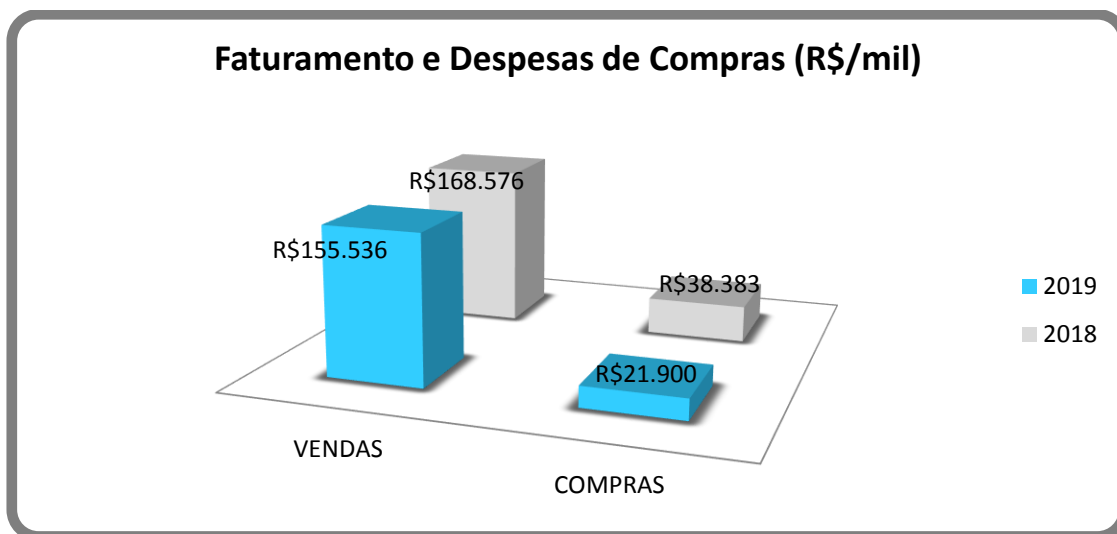
Produção de Energia do Parque Gerador						
Desempenho Operacional (GWh)	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2018	2019	variação	2018	2019	variação
Usinas	126,83	104,63	-17,5%	409,19	458,46	12,04%
UHE Palmeiras/SC	36,45	26,84	-26,4%	113,92	125,12	9,8%
UHE Bracinho/SC	18,58	14,30	-23,1%	59,90	64,91	8,3%
UHE Garcia/SC	15,24	10,88	-28,7%	38,46	52,11	35,5%
UHE Cedros/SC	0,05	4,17	7956,5%	0,05	27,82	53688,9%
UHE Salto Weissbach/SC	0,00	8,09	-	9,61	14,85	54,6%
UHE Pery/SC	32,45	23,36	-28,0%	105,79	97,44	-7,9%
PCH Celso Ramos/SC	10,82	4,80	-55,7%	35,03	25,43	-27,4%
CGH Caveiras/SC	5,21	5,69	9,0%	20,74	23,22	11,9%
CGH Ivo Silveira/SC	5,51	4,30	-22,0%	19,04	19,18	0,7%
CGH Pirai/SC	0,98	0,78	-20,2%	1,80	3,12	73,8%
CGH Rio do Peixe/SC	0,99	0,94	-5,6%	3,21	3,70	15,3%
CGH São Lourenço/SC	0,53	0,50	-4,6%	1,64	1,57	-4,4%
Fator de Capacidade Global	58,2%	52,3%	-5,9 p.p.	43,4%	54,9%	11,5 p.p.

7.2. Comercialização de Energia

Em 2019, a Celesc G registrou faturamento global de R\$155,5 milhões, montante 7,7% inferior ao ano de 2018, que registrou R\$168,6 milhões de faturamento.

Em 2019, foram gastos R\$21,9 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, redução de 44% em relação a 2018 devido às operações de SWAP de energia. Essas operações foram realizadas em 2018 para cumprir contratos de venda de Energia Incentivada, que ficaram sem lastro após a decisão da ANEEL de reclassificar os 30% da energia destinada ao mercado livre das usinas readquiridas em leilão de 2015. Como, na ocasião da venda, o posicionamento oficial era de que a energia deveria ser classificada como incentivada sem desconto na TUSD (10), a Celesc G a vendeu como tal, porém, após a mudança do tipo de fonte para Convencional (CONV), houve a necessidade de realizar o SWAP de fonte para evitar penalidades de insuficiência de lastro. Como em 2019 não havia mais necessidade de realizar essas operações, a despesa com compra de energia diminuiu sensivelmente.

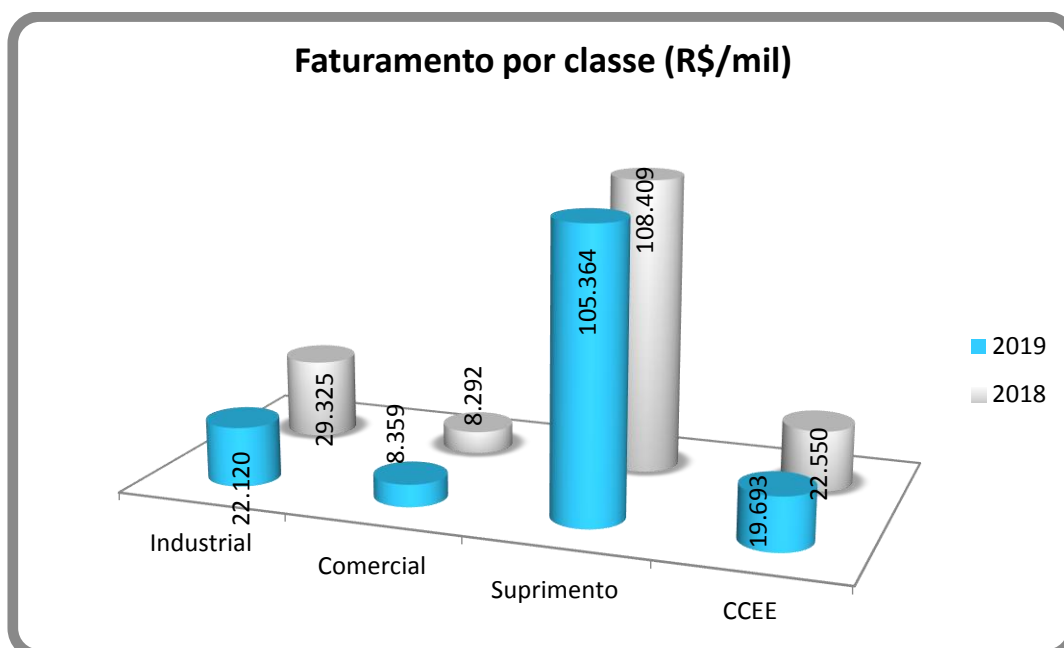
O Faturamento total e as Despesas com Compra de Energia em 2019 e em 2018 apresentaram o seguinte desempenho.



O excedente de energia elétrica vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$9,8 milhões em 2019 contra R\$22,5 milhões em 2018.

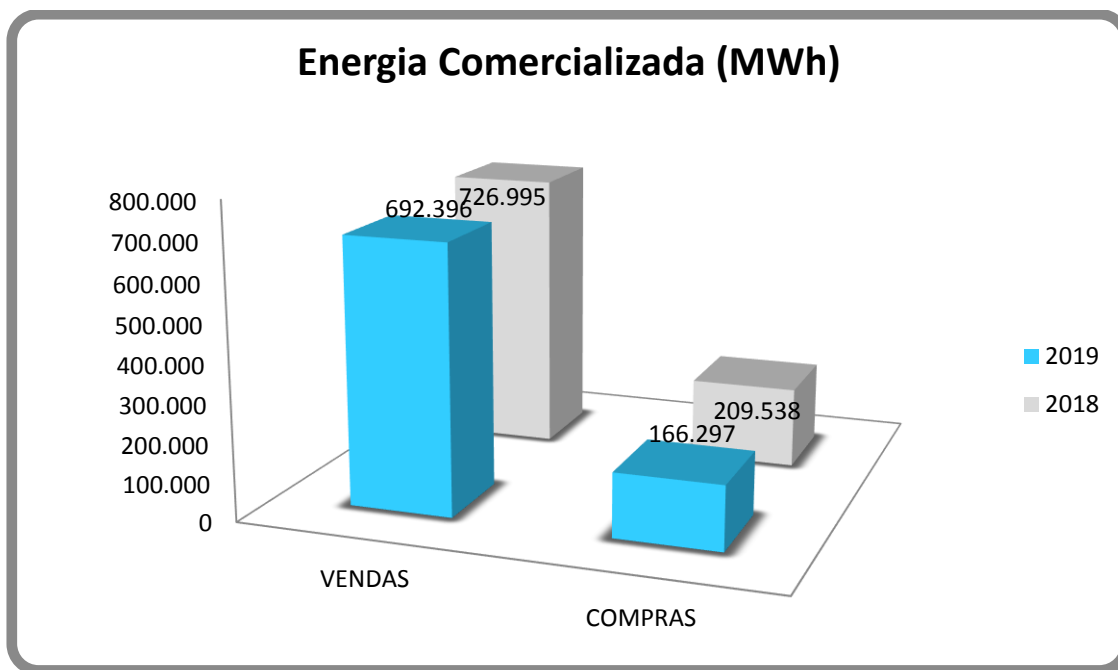
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$18,7 milhões contra R\$22,5 milhões em 2018, incluído o valor de R\$11,2 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao GSF.

O Faturamento por classe em 2019 e 2018 apresentou o seguinte desempenho.

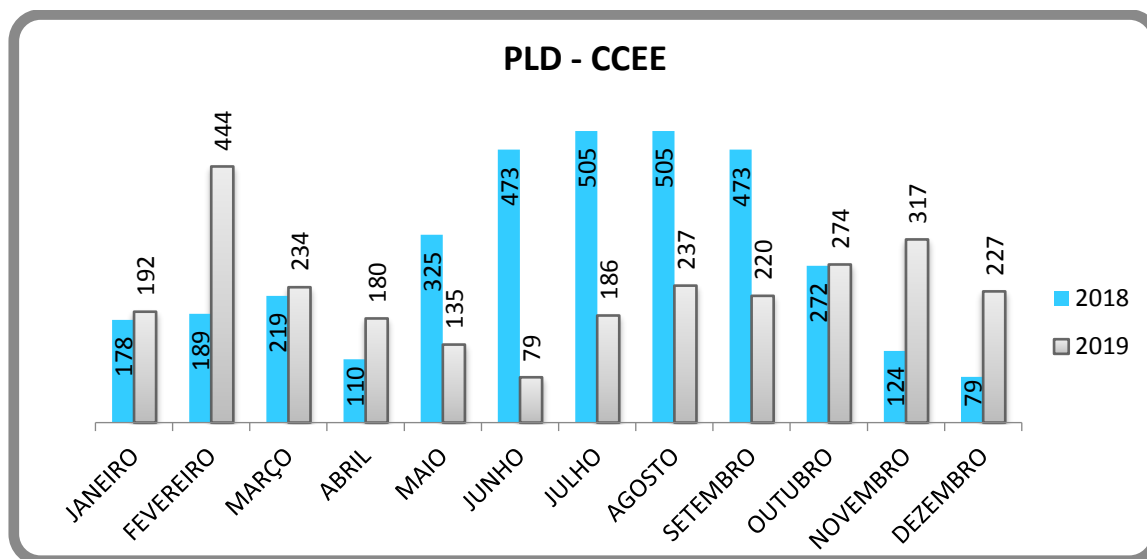


A energia elétrica comercializada em 2019 chegou ao montante de 692.396 MWh, inferior em -4,76 quando comparado ao montante de 726.995 MWh comercializado em 2018. Grande parte dessa redução pode ser creditada ao menor volume mensal de operações ocasionado por SWAP de energia.

O montante total de energia comprada, em 2019, chegou a 166.297 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2018, que foi de 209.538 MWh. Novamente, o menor volume de SWAP foi o causador desse efeito.



O PLD médio anual (R\$225,65/MWh) teve significativa redução em 2019 em relação ao ano anterior (R\$288,35/MWh).



7.3. Ações Ambientais

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No ano, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada, 23,06 toneladas de resíduos incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas e sólidos contaminados com óleos minerais. A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de descontaminação, reciclagem, disposição em aterro e refino. A Celesc G também realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilos Policlorados – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Monitoramento Hidrológico

As 16 estações telemétricas de monitoramento hidrológico para atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010, operaram normalmente durante o ano de 2019.

c) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Pirai, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. O relevo nessa região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Essas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

Em novembro de 2019, a Celesc G e o IMA/SC, conforme já mencionado, assinaram um Protocolo de Intenções que visa a criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville.

d) Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente, a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 273/2019).

e) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

A Celesc G se encontra em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA, por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo, também possui junto ao IBAMA, a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos.

f) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório

No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a essas usinas e em 2019, da Usina São Lourenço. Estas propostas foram consolidadas em planos ambientais de conservação e uso do entorno desses reservatórios, aos quais foram encaminhadas ao IMA/SC para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos desses reservatórios a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas. Essas propostas permanecem em processo de análise pelo IMA/SC.

g) Gestão Fundiária

No ano de 2019, foram realizadas diversas atividades para atendimento do projeto de regularização fundiária, entre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, uso e cobertura do solo das usinas por meio de imagens de satélite, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, medições em campo e nivelamento geométrico, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA.

h) Readequação Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários

Dando continuidade às readequações iniciadas no ano anterior, em 2019 houve a instalação de novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários nas Usinas São Lourenço e Pirai. Esse processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

8. INVESTIMENTOS

Em 2019, os investimentos da Celesc G somaram R\$11,4 milhões e foram destinados à melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar mais confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

8.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62 MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15 MW cada.

O Projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos teve a ordem de serviço emitida em 15 de julho de 2019. Com cronograma estimado em 18 meses, o projeto prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando para 13,92 MW de capacidade instalada. Os investimentos são de R\$40 milhões, sendo que, em 2019, a Celesc G desembolsou R\$5,2 milhões.

Ao final do ano, a Celesc G conduzia processo de chamada pública para contratação de instituição financeira, visando à emissão de debêntures incentivadas para financiamento do projeto.

Automação da Usina Cedros

Em continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e em 2016 com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, a Usina Cedros e suas barragens passavam pelo processo de automação e *retrofit*, totalizando investimento de R\$3 milhões em 2019. A previsão de conclusão é para o primeiro trimestre de 2020.

Reforma na Usina Salto Weissbach

Em 2019, a Celesc G concluiu o processo de substituição das comportas de entrada das unidades geradoras da Usina Salto Weissbach e, com isso, pôde realizar a reconstrução do tubo de sucção da UG4, no próprio ano. Para execução dos projetos foi investido R\$1,6 milhão.

Reformas Cíveis e Adequações

Entre as obras de melhoria, destaque para adequações e reformas nas edificações e demais estruturas cíveis das Usinas Caveiras, Cedros, Bracinho, Salto e Palmeiras, com investimentos de R\$750 mil.

8.2. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$1,5 milhão em 2019, sendo R\$10 milhões na EDP Transmissão Aliança SC, para continuidade das obras iniciadas no ano, R\$1,28 milhão aplicado na Garça Branca Energética S.A., para suprimento de caixa e término de pagamentos do período de obras, e R\$0,2 milhão na Xavantina Energética S.A. para reforço de caixa.

Em outubro de 2019, a EDP Transmissão Aliança SC obteve os últimos quatro Licenças Ambientais de Instalação – LAIs, viabilizando a integralidade das obras de construção. O empreendimento possui entrada prevista em operação comercial para agosto de 2022, com perspectivas de antecipação.

Ainda em relação ao empreendimento EDP Transmissão Aliança SC, a ANEEL solicitou o reforço do sistema de transmissão na subestação Siderópolis 2, com investimento previsto de aproximadamente R\$42,0 milhões. Essa melhoria do sistema será executada juntamente com as obras de implantação do projeto, no qual a Celesc G possui 10% de participação.

Ainda em relação à Transmissão de Energia Elétrica, a Celesc G abriu Chamada Pública, em outubro de 2019, visando a seleção de parceiros para oportunidades de negócios em Transmissão de Energia localizados no Estado de Santa Catarina. O processo estava em fase de aprovação ao final do exercício. Além disso, a Celesc G está atenta aos leilões de transmissão a serem realizados nos próximos anos.

A tabela a seguir traz o resumo e a evolução dos investimentos realizados no ano:

Descrição	4º Trimestre			Acumulado 12 Meses		
	2018	2019	variação	2018	2019	variação
Investimentos Celesc G em R\$ milhões	5,1	8,8	72,5%	19,1	11,4	-40,3%
Investimentos em SPEs	1,6	0,4	-75,0%	9,9	1,5	-85,0%
Usinas Parque Gerador Próprio	3,5	8,4	140,0%	9,1	9,9	9,0%

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc G apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um Lucro Líquido de R\$74,3 milhões, representando um acréscimo de 45% se comparado ao exercício de 2018, cujo valor foi de R\$51,2 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2019 foi de R\$164,4 milhões, volume 7,97% menor que os R\$177,5 milhões realizados em 2018.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou uma redução de 7,4% em relação a 2018, R\$160,5 milhões, fechando o exercício de 2019 em R\$148,6 milhões.

No quadro abaixo estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2019	variação
Receita Operacional Bruta – ROB	177.465	164.411	-7,36%
Receita Operacional Líquida – ROL	160.471	148.608	-7,39%
Resultado das Atividades	82.764	105.604	27,60%
EBITDA Ajustado	89.177	99.241	11,29%
EBITDA	88.366	110.952	25,56%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	55,57%	66,78%	11,21 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	55,07%	74,66%	19,59 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	31,93%	49,97%	18,04 p.p.
Resultado Financeiro	(5.745)	(2.971)	-48,29%
Ativo Total	686.864	718.585	4,62%
Imobilizado	160.029	174.778	9,22%
Patrimônio Líquido – PL	462.626	514.777	11,27%
Lucro Líquido/(Prejuízo) Líquido	51.242	74.262	44,92%

Para a obtenção da variação positiva no resultado líquido de 2019 destaca-se: diminuição de provisão e aumento da reversão de Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD nas contas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, maior reversão da provisão de perdas de imobilizado por *impairment* e o significativo aumento do resultado de equivalências patrimoniais.

O Resultado Financeiro em 2019 foi negativo de R\$2,97 milhões, sendo esse valor 48,3% inferior a 2018, que foi de R\$5,74 milhões. Esse decréscimo é decorrente, principalmente, da diminuição dos juros sobre as debêntures e do aumento das rendas de aplicações financeiras.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2019
Lucro Líquido	51.242	74.262
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	25.777	28.371
Resultado Financeiro	5.745	2.971
Depreciação e Amortização	5.602	5.348
EBITDA	88.366	110.952
Provisão/Reversão Perdas <i>Impairment</i>	811	(11.711)
EBITDA Ajustado	89.177	99.241

O EBITDA do exercício de 2019 atingiu o valor de R\$110,95 milhões, ficando 25,6% maior em relação a 2018, que foi de R\$88,37 milhões. A margem EBITDA passou de 55,07% no exercício de 2018 para 74,66% em 2019.

O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *impairment*, atingiu, no exercício de 2019 o valor de R\$99,24 milhões, ficando 11,3% maior em relação a 2018, que foi de R\$89,18 milhões. A margem EBITDA Ajustado passou de 55,57% no exercício de 2018 para 66,78% em 2019.

Abaixo, mais alguns índices do desempenho econômico-financeiro:

Índices	2017	2018	2019
Liquidez Geral	2,87	3,06	3,53
Liquidez Corrente	0,68	1,48	2,48
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	11,50%	11,08%	14,43%
Endividamento Geral	34,79%	32,65%	28,36%

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, processos e serviços prestados à sociedade. O seu compromisso permanente com a responsabilidade socioambiental está respaldado por seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de eficiência energética e em seus planos de ação.

A sua Política de Responsabilidade Socioambiental, está fundamentada em sete diretrizes, a saber: Direitos Humanos; Sustentabilidade Local; Comunicação; Prevenção; Integridade; Adequação e Evolução; as quais, incorporadas à gestão da Companhia, agregam valor ao seu propósito de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

10.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A atuação da Celesc G segue comprometida com a melhoria contínua, a qualidade e a sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

Atenta aos cenários globais, a Companhia possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc e de sua subsidiária Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades), que futuramente podem tornar-se uma ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e/ou compensação de emissões. Os inventários de GEE seguem a metodologia do *GHG Protocol*, são auditados por empresa externa e estão disponíveis no portal Registro Público de Emissões.

10.2. Compromisso com os Empregados

Ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Entre os programas destacam-se o compromisso com a capacitação e desenvolvimento de pessoas; a promoção da inclusão e valorização da diversidade; prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e adoecimento dos trabalhadores; assistência à reeducação e readaptação profissional.

As diretrizes e decisões tomadas visam sempre construir um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A Celesc entende sua responsabilidade com a vida das pessoas e sabe o quanto é importante promover a saúde e qualidade de vida, um ótimo ambiente de trabalho e um comportamento seguro no trabalho e fora dele. Entende também que é essencial confiar nas atitudes das pessoas e em suas decisões, principalmente nas relações existentes nas equipes e também com seus líderes.

O compartilhamento de informações na Companhia é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da *Intranet (CELNET)*, todo empregado também tem acesso às instruções normativas e outras informações relevantes sobre sua carreira, benefícios, diretrizes da Empresa, entre outros. A transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre à padronização das técnicas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno. As rodadas de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, por exemplo, são acompanhadas passo a passo por meio de boletins específicos.

A participação dos empregados na gestão da Empresa é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam os Acordos de Desempenho. Outros destaques são os Grupos de Trabalho – GTs, as Comissões e os Comitês.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e chefias. O respeito às pessoas é prioridade e o compromisso que deve ser mantido com a Ética nas relações está documentado no seu Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Empresa promove treinamentos específicos.

Os empregados da Celesc contam com vários benefícios. As licenças especiais, como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã, e outras vantagens, como auxílio-creche e babá, auxílio pós-graduação, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico, vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A Celesc valoriza todo potencial de seus colaboradores e honra todo comprometimento com ações de desenvolvimento humano. As pessoas sustentam os processos organizacionais que agregam valor a nossos consumidores, sendo a geração de valor à população uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal Política é gerenciada e aprimorada ano a ano por uma equipe interna altamente capacitada.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Companhia. Foram mais de 300 líderes capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados. O trabalho foi um sucesso com retorno positivo de trabalhadores e lideranças.

A segurança do trabalho é um compromisso da Celesc e 2019 foi um ano histórico neste importante quesito. Foram investidas muitas horas de treinamento em toda a Companhia, bem como ações de conscientização internas e externas, reforçando cada vez mais a realização de ações preventivas com toda a força de trabalho, especialmente empresas contratadas.

A aplicação da Política de Capacitação para trabalhadores próprios e terceirizados simboliza que, para a Companhia, não há diferenciação entre a vida do colaborador próprio e do terceirizado. Há anos os indicadores de acidentes de terceirizados são superiores aos dos próprios. Sabe-se que um dos motivos era o fato de os trabalhadores da Companhia passarem por uma formação mais completa e qualificada. Assim, surgiu a política de padronizar os requisitos de capacitação para contratação de empresas terceirizadas.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que reconheça os esforços de cada um e ajude a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar.

11. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia e suas subsidiárias possuem a Política de distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

12. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Celesc G em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado, é de R\$250,0 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

13. GOVERNANÇA CORPORATIVA

13.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais cinco são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de um ano, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados. No quadro abaixo, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2019.

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poleto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michele Silva Wangham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loreti*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	Michel Nunes Itkes*
Representante Acionistas Preferencialistas	Fabrcio Santos Debortoli*
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

*Conselheiros Independentes

13.2. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Marcos Eduardo Teixeira*
Representante Acionista Majoritário	Marcelo Nome Silva*
Representante Acionistas Minoritários	Sérgio Tadeu Nabas*
Representante Acionistas Preferencialistas	Aloisio Macário Ferreira de Souza*

* Conselheiros Independentes

13.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários. No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2019:

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Luis Felipe Ferreira Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Márcio Ferreira Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Douglas Borba Suplente: Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	André Luis Nunes de Mello Almeida Suplente: João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Thiago Costa Jacinto Suplente: José Valério Medeiros Júnior

13.4. DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por 7 (sete) diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2019, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria de Assuntos Regulatórios e Jurídicos, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria de Planejamento e Controle Interno.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Cleicio Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Pablo Cupani Carena
Diretor Comercial	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Planejamento e Controle Interno	André Luiz de Castro Pereira



14. BALANÇO SOCIAL

2019 (valor em reais mil)

1 – BASE DE CÁLCULO			2019 (valor em reais mil)			2018 (valor em reais mil)		
- Receita Líquida (RL)			148.608			160.471		
- Resultado Operacional (RO)			105.604			82.764		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)								
2 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS			Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação			-	-	-	-	-	-
- Encargos Sociais Compulsórios			-	-	-	-	-	-
- Previdência Privada			-	-	-	-	-	-
- Saúde			-	-	-	-	-	-
- Segurança e saúde no trabalho			33	-	0,02	-	-	-
- Educação			-	-	-	-	-	-
- Cultura			-	-	-	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional			131	-	0,09	39	-	0,02
- Creches ou Auxílio-creche			-	-	-	-	-	-
- Participação nos Lucros ou Resultados			-	-	-	-	-	-
- Outros			-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos			164	-	0,11	39	-	0,02
3 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS			Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
- Educação			-	-	-	159	0,19	0,10
- Cultura			367	0,35	0,25	180	0,22	0,11
- Saúde e Saneamento			-	-	-	-	-	-
- Esporte			85	0,08	0,06	90	0,11	0,06
- Combate à Fome e Segurança Alimentar			-	-	-	-	-	-
- Outros			176	0,17	0,12	-	-	-
Total das Contribuições p/ a Sociedade			628	0,59	0,42	429	0,52	0,27
- Tributos (excluídos os encargos sociais)			44.141	41,80	29,70	42.683	51,57	26,6
Total Indicadores Sociais Externos			44.769	42,39	30,13	43.112	52,09	26,87
4 – INDICADORES AMBIENTAIS			Valor	% sobre RO	% sobre RL	valor	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa			1.691	1,60	1,14	2.091	2,53	1,30
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos			-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente			1.691	1,60	1,14	2.091	2,53	1,30
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Empresa:			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 – INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL			2019			2018		
- Nº de empregados(as) ao final do período			-			-		
- Nº de admissões durante o período			-			-		
- Nº de empregados(as) terceirizados			38			41		
- Nº de estagiários(as)			-			3		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos			-			-		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa			-			-		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres			-			-		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa			-			-		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)			-			-		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. Especiais			-			-		
6 – INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL			2019			Metas 2020		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa			-			-		
- Número total de acidentes de trabalho			2			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:			[] direção	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[X] direção	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:			[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:			[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] não se envolverá	[] seguirá as normas da OIT	[X] incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:			[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:			[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[X] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:			[] não são considerados	[X] são sugeridos	[] são exigidos	[] não serão considerados	[X] serão sugeridos	[] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:			[] não se envolve	[] apoia	[X] organiza e incentiva	[] não se envolverá	[] apoiará	[X] organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:			na Empresa 0,0%	no Procon 0,0%	na Justiça 0,0%	na Empresa 0,0%	no Procon 0,0%	na Justiça 0,0%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):			Em 2019: 145.694			Em 2018: 120.229		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			30,30% governo 13,50% acionistas 8,93% empregados 8,90% terceiros 37,47% retido			35,50% governo 12,15% acionistas 9,58% empregados 12,30%terceiros 30,47% retido		
7 – OUTRAS INFORMAÇÕES			A Empresa conta c/40 empregados cedidos pela Celesc D, sendo que os custos, benefícios, encargos sociais e trabalhista são integralmente ressarcidos pela Celesc G.					
CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF/SC			Coordenação: Regina Schlickmann Luciano - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: reginasl@celesc.com.br					
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica			Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br - CRC/ SC - 018.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO" "NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"								

16. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

17. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2019	2018
Circulante	189.225	99.344
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 8)	137.640	50.035
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	18.116	17.301
Estoques	102	148
Tributos a Recuperar (Nota 10)	635	179
Despesas Antecipadas	134	134
Dividendos a Receber	-	89
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	32.597	31.433
Outros	1	25
Não Circulante	512.019	566.083
Realizável à Longo Prazo	273.329	347.006
Partes Relacionadas (Nota 13)	488	92.873
Depósitos Judiciais (Nota 22)	369	354
Tributos a Recuperar (Nota 10)	1.938	1.773
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (Nota 12)	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	258.113	249.585
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	10.000	-
Investimentos (Nota 14)	61.297	56.033
Imobilizado (Nota 15)	174.778	160.029
Intangível (Nota 16)	2.615	3.015
Total do Ativo	701.244	665.427

Passivo	2019	2018
Circulante	76.249	67.276
Fornecedores (Nota 17)	7.109	3.544
Debentures (Nota 21)	35.489	26.964
Tributos a Recolher (Nota 18)	13.696	16.418
Taxas Regulamentares (Nota 20)	965	246
Dividendos a Pagar (Nota 23)	17.637	19.147
Partas Relacionadas (Nota 13)	1.276	872
Outros	77	85
Não Circulante	110.218	135.525
Debentures (Nota 21)	87.052	121.855
Tributos Diferidos (Nota 19)	19.596	10.144
Taxas Regulamentares (Nota 20)	2.352	2.537
Provisão p/ Contingências (Nota 22)	1.218	989
Patrimônio Líquido	514.777	462.626
Capital Social (Nota 23, letra a)	250.000	250.000
Reserva Legal (Nota 23, letra b)	17.604	13.891
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 23, letra b)	228.493	180.595
Dividendos a Disposição da AGO (Nota 23, letra d)	3.527	2.434
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 23, letra c)	15.153	15.706
Total do Passivo	701.244	665.427

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	2019	2018
Receita Operacional Líquida – ROL	148.608	160.471
Receita Líquida de Vendas (Nota 25)	148.608	160.471
Custos de Vendas	(36.406)	(50.359)
Custo de Operação (Nota 26)	(36.406)	(50.359)
Lucro Bruto	112.202	110.112
Despesas Operacionais	(6.598)	(27.348)
Com Vendas (Nota 26)	(5.607)	(14.933)
Gerais e Administrativas (Nota 26)	(16.287)	(11.555)
Outras Despesas/Receitas Líquidas (Nota 26)	10.848	(1.215)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 14, letra b)	4.448	355
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	105.604	82.764
Resultado Financeiro (Nota 27)	(2.971)	(5.745)
Receitas Financeiras	9.586	8.743
Despesas Financeiras	(12.557)	(14.488)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	102.633	77.019
IRPJ e CSLL (Nota 19, letra d)	(28.371)	(25.777)
Corrente	(18.918)	(25.248)
Diferido	(9.453)	(529)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	74.262	51.242

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	74.262	51.242
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	74.262	51.242

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Retenção Lucros	Dividendos Disposição AGO	Ajuste Aval. Pat. Custo Atribuído	Lucro Acumulado	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	250.000	11.329	144.596	2.326	17.629	-	425.880
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	51.242	51.242
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(1.923)	1.923	-
Mutações Interna do PL							
Reserva Legal	-	2.562	-	-	-	(2.562)	-
Dividendos Deliberados	-	-	-	(2.326)	-	(12.170)	(14.496)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	.999	-	-	(35.999)	-
Reserva p/ Destinação	-	-	-	2.434	-	(2.434)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	250.000	13.891	180.595	2.434	15.706	-	462.626
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	74.262	74.262
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(553)	553	-
Mutações Interna do PL							
Reserva Legal	-	3.713	-	-	-	(3.713)	-
Dividendos e JCP	-	-	-	(2.434)	-	(19.677)	(22.111)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	47.898	-	-	(47.898)	-
Reserva p/ Destinação	-	-	-	3.527	-	(3.527)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	250.000	17.604	228.493	3.527	15.153	-	514.777

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	102.633	77.019
Ajuste p/ Conc. o Result. do Exerc. c/ Recursos Provenientes de Ativ. Operacional	(41.543)	(13.205)
Amortização	5.348	5.603
Baixas de Ativo Imobilizado/Intangível	1.934	14
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i> de Imobilizado	(11.711)	(4.406)
Constituição (Reversão) de Provisão p/ Contingências Passivas	229	(13)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i> de Investimentos	(3.421)	-
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	3.421	-
Juros e Variações Monetárias	6.697	8.447
Perdas s/ Ágio em Coligadas	-	5.217
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	3.869	13.654
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.448)	(355)
Atualização Monetária Bonificação de Outorga	(43.461)	(41.366)
Aumento (Redução) nos Ativos	16.720	17.106
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	33.769	32.511
Contas a Receber de Clientes	(4.684)	(12.597)
Depósitos Judiciais	(15)	(12)
Estoques	46	35
Tributos a Recuperar	(2.419)	(2.923)
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	(10.000)	-
Outros Créditos	23	92
Aumento (Redução) nos Passivos	4.955	756
Fornecedores	3.565	613
Tributos a Recolher	460	(152)
Taxas Regulamentares	534	508
Outros Passivos	396	(213)
Caixa Gerado pelas Operações	82.765	81.676
Juros Pagos	(12.157)	(12.959)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pago	(22.342)	(25.302)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	48.266	43.415
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições Ativo Imobilizado/Intangível	(9.920)	(9.272)
Aumento de Capital nas Investidas	(1.476)	(9.926)
Dividendos Recebidos	749	-
Partes Relacionadas – Contrato de Mútuo com a Celesc D	98.037	(41.344)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	87.390	(60.542)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamentos de Dividendos	(21.581)	(6.977)
Ingresso de Debêntures	-	147.059
Pagamentos de Debêntures	(26.470)	(150.000)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(48.051)	(9.918)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	87.605	(27.045)
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	50.035	77.080
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	137.640	50.035
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa	87.605	(27.045)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	2019	2018
Receitas	160.542	163.811
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	164.411	177.465
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(3.869)	(13.654)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(23.534)	(47.077)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(29.207)	(42.907)
Materiais, Energia e Serviços de terceiros	(6.038)	(3.359)
Perdas/Recuperação de Ativos	11.711	(811)
Valor Adicionado Bruto	137.008	116.734
Amortização	(5.348)	(5.603)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	131.660	111.131
Valor Adicionado Recebido em Transferência	14.034	9.098
Receitas Financeiras	9.586	8.743
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.448	355
Valor Adicionado Total a Distribuir	145.694	120.229
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Encargos	(14.323)	(11.517)
Salários	(13.614)	(10.970)
FGTS	(709)	(547)
Impostos, Taxas e Contribuições	(44.141)	(42.683)
Federais	(44.036)	(42.563)
Estaduais	(41)	(73)
Municipais	(64)	(47)
Remuneração de Capital de Terceiros	(12.968)	(14.787)
Juros e Variações Monetárias	(11.859)	(12.888)
Outros	(1.109)	(1.899)
Remuneração de Capital Próprio	(19.677)	(12.170)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(13.597)	-
Dividendos	(6.080)	(12.170)
Lucro (Prejuízo) Retido do Exercício	(54.585)	(39.072)
Valor Adicionado Distribuído	(145.694)	(120.229)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo: I) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; II) participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; III) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou e cooperação; IV) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; V) colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; VI) colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade, e; VII) pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está domiciliada na Avenida Itamarati, 160, Bloco A1, Térreo, Bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

2. PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2019, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

2.1. Parque Gerador Próprio

2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Parque Gerador Próprio – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	Não se Aplica
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	Não se Aplica
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	Não se Aplica
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	Não se Aplica
CGH Pirai	Joinville/SC	*	0,78	0,45	Não se Aplica
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	Não se Aplica
Total			106,97	67,19	

* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(***)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(***)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(***)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(**)	0,00	1,00	1,00	(***)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	10,00	13,83	(***)	Em Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28		

(**) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão. (***) Depende de trâmites regulatórios

2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv.de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos, onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc Geração. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

2.1.4. Transferência de Participação Minoritária em Empreendimentos de Geração em Desenvolvimento

A Celesc G possuía participação societária em dois empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15 MW de potência instalada. O equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos era de 5,03 MW. As características dessa participação estão demonstradas na tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Painei	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04
Total			19,15		5,03

Em 10 de dezembro de 2018, tais empreendimentos enviaram à ANEEL pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica.

A Celesc G transferiu a totalidade de sua participação na PCH Painei à empresa Astic EN Participações S.A.. A ANEEL anuiu essa ação previamente por meio do Despacho nº 045, de 8 de janeiro de 2019, que estabelecia um prazo de 120 dias para implementação da operação.

A participação na PCH Campo Belo às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda., que ficou com 50%, e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda, que ficou com os outros 50%. A anuência prévia da ANEEL foi aprovada por meio do Despacho nº 220, de 25 de janeiro de 2019, que também estabelecia um prazo de 120 dias para implementação da operação.

2.2. Empreendimentos de Transmissão

2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (kV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simples	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simples	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	Simples	27,8	230
Total				433,1	
SUBESTAÇÃO	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação foram emitidas por trecho mais a subestação, totalizando 6, sendo 2 emitidas no início de 2019 e o restante ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.3. Ambiente Regulatório

a) Leilão de Usinas Amortizadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Medida Provisória – MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362 de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira) e nº 7.246 de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os Termos Aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.

Em 2015, o MME, por meio da Portaria nº 218, determinou que a ANEEL promovesse leilão para licitação das concessões de diversas usinas hidrelétricas, dentre as quais 5 de propriedade da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídos à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M e a Remuneração para Melhorias – GAG Melhoria, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga – RBO em taxa de 9,04% real ao ano. Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração.

A Celesc G arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 5 de janeiro de 2016. As Usinas Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto Weissbach, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 7 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Os contratos foram prorrogados por 30 anos.

Segue a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total		63,20	43,34	

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em relação à UHE Pery, havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão nos moldes anteriores à MP nº 579/2012, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a usina ter sido ampliada recentemente. Porém, em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc G decidiu por prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas judiciais necessárias para a extinção do processo judicial existente, incluindo os recursos relativos.

A Concessão, dessa forma, foi prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A UHE já vem recebendo a GAG Melhoria junto à RAG, contudo, a indenização dos ativos não amortizados referentes à ampliação, concluída em 2013, que será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, ainda está em definição pela ANEEL.

c) Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a garantia física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019.

Destaca-se também que a Celesc G participou do leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do leilão nº 3/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.

d) Ampliação da UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de Ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na usina, passando para 29,28 MW.

Durante o ano de 2019 a Celesc G discutiu com o IMA/SC os aspectos relativos ao projeto, visando a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI para posterior envio para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das etapas acima, a ANEEL deverá calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Celesc G possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

e) Ampliação CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização do estudo de inventário do Rio Caveiras, com previsão de entrega no segundo semestre de 2020. Após a aprovação do estudo de inventário, o projeto seguirá com a revisão e consolidação do projeto básico e respectiva aprovação pela ANEEL, estudo de viabilidade ambiental e obtenção das licenças (prévia e de instalação) junto ao IMA/SC, obtenção da viabilidade financeira e aprovação do plano de negócios pela Celesc G, licitação das obras, construção e somente então a operação comercial.

f) Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2019, a Celesc G avançou nas tratativas junto ao IMA/SC visando a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI para dar continuidade às próximas etapas para implementação do projeto.

g) Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste GSF ou provenientes de outros processos judiciais.

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR nos autos nº 1015846-64.2017.4.01.3400 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação. Em junho de 2019 foi publicado despacho pelo Juízo competente, determinando a suspensão por mais 60 dias, considerando a não apreciação do IRDR pelo TRF1. Até 31 de dezembro de 2019 não houve alteração no andamento processual.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que constituem significativos impactos financeiros aos agentes do Setor Elétrico. Recentemente o Governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, que está atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

h) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017 celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Ofício nº 011/2019 informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A., solicitando o envio de informações técnicas e financeiras detalhadas relativas a esta melhoria até 30 de abril de 2019.

Após o atendimento ao solicitado pela ANEEL, em 31 de julho de 2019 a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 501/2019 autorizando a implantação do reforço. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea a da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento previsto pela ANEEL é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$5 milhões.

i) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$)
	Ciclo 2019/2020	junho/2019 a junho 2020
UHE Pery	9.813.481,68	817.790,14
UHE Garcia	10.122.039,41	843.503,28
UHE Bracinho	13.113.790,03	1.092.815,84
UHE Cedros	9.595.876,71	799.656,39
UHE Palmeiras	20.085.497,84	1.673.791,49
UHE Salto	6.818.340,73	568.195,06

j) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das Usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Civas de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2020.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD; (Nota 9)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 11)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros;
- e) Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 19)
- f) Contingências; (Nota 22)
- g) Depreciação. (Nota 15)

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros classificados pelo Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no balanço patrimonial.

4.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e adotadas Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

4.2.1. IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRS 16/CPC 06* – “Operações de Arrendamento Mercantil”. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17/CPC 06* – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

4.2.2. IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRIC 23/ICPC 22* – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da *IAS 12/CPC 32* – “Tributos sobre o Lucro” quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Celesc G realizou uma análise pertinente aos assuntos e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das novas normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Celesc G.

4.3. Instrumentos Financeiros

4.3.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Celesc G classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc G classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecido no resultado.

4.3.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.3.3. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Celesc G aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

Política Contábil Anterior p/ Impairment Ativos Financeiros

No exercício anterior, a Celesc G avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

4.4. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor.

4.5. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido, Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social s/ o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social s/ o lucro líquido corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social s/ o lucro líquido diferido é reconhecido utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.6. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 49% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

4.7. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

a) Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.8. Intangíveis

Os *intangíveis* são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

4.8.1. Programas de Computador – Softwares

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 16). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.9. Ativo Financeiro

Referem-se a ativos com direito incondicional de receber caixa diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.9.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.9.2. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e suprimento de energia e pela liquidação de energia no âmbito da CCE.

São reconhecidas ao valor faturado deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc G não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.9.3. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Celesc G possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Celesc G, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.9.4. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.9.5. Depósitos Judiciais

A Celesc G mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (trabalhistas, cíveis e regulatórios).

4.10. Impairment de Ativos não Financeiros

O Imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs).

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

4.11. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias realizadas.

4.12. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.12.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.12.2. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.12.3. Dividendos

Os Dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Adicionalmente atendendo a Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, foi constituída reserva especial de 5% que ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO para aprovação.

4.12.4. Partes Relacionadas

Trata-se de despesa de pessoal com empregados da Celesc Distribuição S.A. compartilhados e à disposição da Celesc G, bem como operação de Mútuo também com a Celesc Distribuição S.A..

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.14. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.15. Capital Social

As Ações Ordinárias e Nominativas são classificadas no Patrimônio Líquido.

4.16. Reconhecimento de Receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia no curso normal das atividades. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Receita é reconhecida quando há a transferência de bens ou serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços.

A receita é reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais penalidades ou outros itens similares são classificados como contraprestação variável e são contabilizadas como redutoras da receita.

4.16.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes adicionais específicos.

4.16.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes adicionais específicos.

4.16.3. Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratada pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.16.4. Receita de Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, o reconhecimento da receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do Ativo Financeiro é classificado no grupo de “Receita Operacional”.

Para cada Usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

4.16.5. Receita Financeira

A Receita Financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	137.640	-	-	-	-	137.640
Contas a Receber	-	11.424	6.692	-	-	-	18.116
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	IPCA	2.833	5.586	24.178	99.766	158.347	290.710
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	369	-	369
Total Ativo		151.897	12.278	24.178	102.556	158.347	449.256
Fornecedores	-	6.634	475	-	-	-	7.109
Debêntures	CDI + 2,5%	-	685	34.804	87.052	-	122.541
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	-	-	17.637	-	-	17.637
Partes Relacionadas	-	1.276	-	-	-	-	1.276
Total Passivo		7.910	1.160	52.441	87.052	-	148.563

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

5.2.2. Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

5.2.3. Categoria Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de Tecnologia da Informação – TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Compliance

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Celesc G a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Extinção da Concessão

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de 2 (duas) novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc G, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc G pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc G monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde às Debêntures subtraídas do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Debêntures	122.541	148.819
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(137.640)	(50.035)
Dívida Líquida	(15.099)	98.784
Total do Patrimônio Líquido	514.777	462.626
Total do Capital	499.678	561.410
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-3,0%	17,6%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

A Celesc G aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019. A Celesc G não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	2.421	2.421
Total do Ativo	2.421	2.421

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2019.

Descrição	Custo Amortizado	VJR	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	137.640	-	-	137.640
Contas a Receber de Clientes	18.116	-	-	18.116
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.710	-	-	290.710
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	421	-	2.421
Depósitos Judiciais	369	-	-	369
Total	446.835	2.421	-	449.256
Passivo				
Fornecedores	-	-	7.109	7.109
Debêntures	-	-	122.541	122.541
Dividendos	-	-	17.637	17.637
Partes Relacionadas	-	-	1.276	1.276
Total	-	-	148.563	148.563

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Custo Amortizado	VJR	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.035	-	-	50.035
Contas a Receber de Clientes	17.301	-	-	17.301
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	354	-	-	354
Total	348.708	2.421	-	351.129
Passivo				
Fornecedores	-	-	3.544	3.544
Debêntures	-	-	148.819	148.819
Dividendos	-	-	19.147	19.147
Partes Relacionadas	-	-	872	872
Total	-	-	172.382	172.382

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	18.116	17.301
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	39.289	35.420
Total	57.405	52.721

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Recursos em Banco e em Caixa	117	100
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	137.523	49.935
Total	137.640	50.035

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Consumidores (i)	2.536	-	6.385	8.921	9.565
Industrial	1.340	-	6.385	7.725	7.319
Industrial – Não Faturado	531	-	-	531	1.485
Comercial	665	-	-	665	761
Suprimento a Outras Concessionárias	15.580	-	32.904	48.484	43.156
Concessionárias e Permissionárias (ii)	2.153	-	-	2.153	1.636
Concessionária e Permissionárias Não Faturado (iii)	6.735	-	-	6.735	6.812
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	6.692	-	32.904	39.596	34.708
Total	18.016		39.289	57.405	43.156
PECLD com Clientes (b)				(39.289)	(35.420)
Circulante				18.116	17.301

(i) Consumidores

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais e Comerciais. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(ii) Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo no ACL e no ACR e leilões de venda de energia de curto prazo para Distribuidoras e Comercializadoras. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(iii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE, a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de aproximadamente 40 dias, excluindo as inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vencidos são constituídas em virtude das incertezas quanto à sua realização. Além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, a Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A movimentação no ano de 2019 está demonstrada a seguir:

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.385	15.381	21.766
Provisão Constituída no Exercício	-	14.850	14.850
Reversão Constituída no Exercício	-	(1.196)	(1.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.385	29.035	35.420
Provisão Constituída no Exercício	-	8.137	8.137
Reversão Constituída no Exercício	-	(4.268)	(4.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.385	32.904	39.289

A Administração da Celesc G após análise das prerrogativas previstas no IFRS 9/CPC 48, e com base no histórico de perdas no recebimento de créditos, considera que os valores de perdas provisionadas atendem à nova norma contábil.

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$32.904 em 31 de dezembro de 2019.

Do montante total, foi revertido no exercício de 2019 o valor de R\$4.268 devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que o valor provisionado em 2019 é de R\$8.137, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ICMS	1.938	1.773
IRPJ e CSLL	635	179
Outros	-	-
Total	2.573	1.952
Circulante	635	179
Não Circulante	1.938	1.773

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e que serão realizados no curso normal das operações. Os saldos de outros tributos são compostos por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

11. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do Ativo Financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587, de 23 de julho de 2019;

b) Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;

c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2017	39.655	56.781	43.401	26.070	106.256	272.163
Atualização Monetária	1.407	2.014	1.542	920	3.789	9.672
Juros	4.778	6.937	5.126	3.572	11.281	31.694
Amortização/Baixa	(4.893)	(7.066)	(5.243)	(3.596)	(11.713)	(32.511)
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Circulante						31.433
Não Circulante						249.585

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Atualização Monetária	1.569	2.248	1.720	1.028	4.223	10.788
Juros	4.926	7.156	5.286	3.689	11.616	32.673
Amortização/Baixa	(5.082)	(7.340)	(5.445)	(3.735)	(12.167)	(33.769)
Em 31 de dezembro de 2019	42.360	60.730	46.387	27.948	113.285	290.710
Circulante						32.597
Não Circulante						258.113

12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁL – CONCESSÃO

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

13.1. Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo são:

Descrição	Ativo Contas a Receber	Ativo Tributos a Recuperar	Passivo Fornecedores e Pessoal a Disposição
Em 31 de dezembro de 2018			
Celesc Distribuição S.A. (i)	92.385	-	1.086
Rondinha Energética S.A.	488	-	-
ICMS	-	1.773	-
Total	92.873	1.773	1.086
Em 31 de dezembro de 2019			
Celesc Distribuição S.A. (ii)	-	-	1.509
Rondinha Energética S.A.	488	-	-
ICMS	-	1.938	17
Total	488	1.938	1.526

(i) Contrato de Mútuo

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses. O mútuo foi totalmente liquidado no seu vencimento e, durante o período de sua vigência, foram reconhecidos R\$8 milhões de encargos.

(ii) Pessoal a Disposição e Encargo de Uso da Rede Elétrica

O valor de R\$1.509 devido à Celesc D é constituído de: R\$1.276 de pessoal, referente aos empregados a disposição e ao compartilhamento de mão de obra, e R\$233 de Encargo de Uso da Rede Elétrica.

A movimentação no resultado do exercício é:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais		Receita	
	Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Em 31 de dezembro de 2018				
Celesc Distribuição S.A.	2.338	11.517	5.587	2.599
Total	2.338	11.517	5.587	2.599
Em 31 de dezembro de 2019				
Celesc Distribuição S.A.	2.409	14.323	5.652	2.987
Total	2.409	14.323	5.652	2.987

13.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme regimenta o Estatuto Social da Celesc G, a estrutura e a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva, serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes da controladora Celesc, sendo vedada a remuneração destes membros pela Celesc G. Dessa forma, não houve remuneração aos administradores.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Rondinha Energética S.A.	13.233	13.390
Painel Energética S.A.	-	1.671
Campo Belo Energética S.A.	-	1.750
Cia Energética Rio das Flores	13.515	11.933
Xavantina Energética S.A.	9.889	9.727
Garça Branca S.A.	18.244	17.765
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	6.134	2.936
Ágio na Aquisição de Investimentos	282	2.078
(-) Perda Redução Valor Recuperável	-	(5.217)
Total	61.297	56.033

a) Informações sobre Investimentos

A estrutura societária formada com parcerias é a seguinte:

Descrição	Ações da Celesc G	Participações Celesc G		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional Líquida	Lucro (Prejuízo) Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante					
Em 31 de dezembro de 2018								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	57.762	16.561	41.201	12.002	2.699
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.661	1	5.660	-	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349	20,43%	20,43%	6.550	413	6.137	-	(17)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	61.780	15.238	46.542	11.598	6.472
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	39.802	15.484	24.318	10.452	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228	49,00%	49,00%	65.845	29.590	36.255	2.947	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	1.300	10,00%	10,00%	1.444.585	1.428.725	15.860	179.565	3.909
Em 31 de dezembro de 2019								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	56.973	14.756	42.217	10.328	1.016
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	64.164	11.554	52.610	11.565	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	38.264	13.542	24.722	9.330	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	63.842	27.059	36.783	5.218	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	2.650	10,00%	10,00%	1.585.189	1.523.846	61.343	668.900	32.028

b) Movimentação de Investimentos

Descrição	Rondinha	Painel	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	EDP Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.416	1.675	1.754	10.530	9.657	16.192	834	51.058
Integralizações	2.275	-	-	-	1.000	4.851	1.800	9.926
Dividendos Recebidos	-	-	-	-	-	-	(89)	(89)
Impairment do Ágio	-	-	-	-	-	(1.796)	-	(1.796)
Impairment do Investimento	-	(1.671)	(1.750)	-	-	-	-	(3.421)
Resultado de Equivalência Patrimonial	699	(4)	(4)	1.685	(930)	(1.482)	391	355
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.390	-	-	12.215	9.727	17.765	2.936	56.033
Integralizações	-	-	-	-	200	1.276	-	1.476
Dividendos Recebidos	(487)	-	-	(262)	-	-	89	(660)
Resultado de Equivalência Patrimonial	330	-	-	1.844	(38)	(797)	3.109	4.448
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.233	-	-	13.797	9.889	18.244	6.134	61.297

c) Ágio na Aquisição de Investimentos

O saldo de ágio na aquisição dos investimentos refere-se à SPE Rio das Flores no valor de R\$282 mil.

d) Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Celesc G tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2019, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 11,51%, é de R\$15.219 mil, sendo superior ao valor contábil de R\$13.797 mil. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda no ACL a R\$198,50/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R\$257,22/MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R\$89/MWh, equivalente à média do PLD projetado para 2019, corrigido pelo IGP-M. GSF: 14,4%.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$13,2 milhões) composta por linhas de longo prazo (57 parcelas mensais remanescentes) com custo financeiro médio de 10,56% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

15. IMOBILIZADO

15.1. Aquisição

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$5.206 foram gastos com a Turbina, Conduto e Geradores, Supervisão e Execução Projetos Ambiental, Projeto Mecânico, Elétrico e Civil na Usina Celso Ramos; R\$3.061 foram dispendidos com Painel de Supervisão e Controle, Quadro de Comando, pallet de contenção, substituição de conduto adutor e baterias para Automação da Usina Rio dos Cedros; R\$424 referem-se aos gastos incorridos com Tubo sucção UG4, Projeto executivo, Aro da Câmara UG 04, Instalação sucção, serviços de montagens, guincho, guindaste e programas ambientais para a Usina Salto; R\$90 foram empregados no Projeto Executivo, Montagem do Rotor UG 02 da Usina São Lourenço; R\$81 referem-se a Estudo e inventário, reforma da chaminé, pallet de contenção e ar condicionado de 30.000 Btus para a Usina Caveiras; R\$22 foram alocados no Sistema de Proteção, medição, automação e sensor e regulador de pressão da Usina Pery; R\$20 foi utilizado com Chave de fluxo, contentor pallet e ar condicionado Split 18.000Btus na Usina Garcia e R\$15 foram gastos com Transdutor de deslocamento, transdutor de corrente e sonda de Pressão Hidrostática para a usina Palmeiras.

15.2. Composição do Saldo

Descrição	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	301	71	22.367	151.631
Custo do Imobilizado	20.202	169.702	49.895	166.645	1.334	308	22.367	430.453
Provisão p/ Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	(3)	84	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.632)	(16.250)	(73.969)	(1.030)	(321)	-	(230.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	301	71	22.367	151.631
Aquisição	-	-	-	-	-	-	8.701	8.701
Depreciação	-	(271)	(863)	(3.483)	(84)	(8)	-	(4.709)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	2.564	5.070	(1.029)	(2.199)	-	-	-	4.406
Baixas – Saldo Bruto	-	-	-	-	(114)	-	-	(114)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	-	-	-	114	-	-	114
Transferências	-	165	-	414	254	-	(833)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.059	1.474	308	30.235	439.040
Provisão p/ Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	(3)	84	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.452)	(1.000)	(329)	-	(235.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Aquisição	-	-	-	-	-	-	9.564	9.564
Depreciação	-	(382)	(768)	(3.332)	(102)	(8)	-	(4.592)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	5.731	914	2.215	2.907	2	(58)	-	11.711
Baixas – Saldo Bruto	-	(806)	(3)	(591)	(46)	-	(1.841)	(3.287)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	761	3	471	46	1	-	1.282
Baixas – Provisão p/ Perdas	-	45	-	26	-	-	-	71
Transferências	-	-	274	3.684	-	-	(3.958)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.610	13.051	31.565	86.183	371	(2)	34.000	174.778
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	170.152	1.428	308	34.000	445.317
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	(1)	26	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.524)	(17.878)	(80.313)	(1.056)	(336)	-	(238.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.610	13.051	31.565	86.183	371	(2)	34.000	174.778
Taxa Média de Depreciação	0,00%	2,93%	2,05%	2,80%	13,35%	4,82%	0,00%	

(i) No exercício de 2019 a Celesc G concluiu R\$3.958 dos projetos em andamento, estando previsto para o 1º trimestre de 2020 a ativação de cerca de R\$2.552.

15.3. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2019 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$3.575 e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$15.286.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluída as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Celesc G, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base de dezembro de 2019.

Para o *Impairment Test*, foi considerado as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 anos, vigendo a partir de julho de 2017, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela Celesc G, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação, não sendo considerados os investimentos com ampliações. Os valores foram atualizados pelo IPCA e ajustados pelas reduções da garantia física do parque gerador.

Em função do regramento estabelecido no contrato de concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito a indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model* – *CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Celesc G tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 11,23%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2019, estão demonstrados a seguir:

Usina	Saldo Líquido Antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
CGH Caveiras	7.070	5.217	(1.854)	-	(1.854)
PCH Celso Ramos	4.850	6.550	-	1.700	1.700
CGH Ivo Silveira	165	7.227	-	-	-
UHE Pery	109.800	123.386	-	13.586	13.586
CGH Pirai	945	(12.437)	(945)	-	(945)
CGH Rio do Peixe	394	(6.631)	(394)	-	(394)
CGH São Lourenço	382	(15.084)	(382)	-	(382)
UHE Palmeiras	58	136.603	-	-	-
UHE Bracinho	2.599	87.730	-	-	-
UHE Garcia	1.640	69.160	-	-	-
UHE Cedros	255	65.711	-	-	-
UHE Salto	495	22.144	-	-	-
CGH Maruim	-	-	-	-	-
Total	128.653	489.576	(3.575)	15.286	11.711

15.4. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	4,8
Veículos	13,7
Móveis e Utensílios	6,2
Operação	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,0
Máquinas e Equipamentos	2,8
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,9
Veículos	1,1
Móveis e Utensílios	2,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery e Celso Ramos; das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro, uma vez que não possuem prazo de concessão definido; e os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G.

São, ainda depreciados, pela mesma resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

15.5. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018 (Reapresentado)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	133.155
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.225	48.457
Outros	13.956	14.003
Total	206.465	207.550

16. INTANGÍVEL

Descrição	Softwares Adquiridos	Uso do Bem Público (a)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.266	152	70	1.002	3.490
Custo Total	6.495	904	70	1.002	8.471
Amortização Acumulada	(4.229)	(752)	-	-	(4.981)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.266	152	70	1.002	3.490
Adições	-	-	-	433	433
Baixas – Saldo Bruto	-	(904)	-	-	(904)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	890	-	-	890
Amortizações	(756)	(138)	-	-	(894)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.510	-	70	1.435	3.015
Custo Total	6.495	-	70	1.435	8.000
Amortização Acumulada	(4.985)	-	-	-	(4.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.510	-	70	1.435	3.015
Adições	-	-	-	356	356
Amortizações	(756)	-	-	-	(756)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	754	-	70	1.791	2.615
Custo Total	6.495	-	70	1.791	8.356
Amortização Acumulada	(5.741)	-	-	-	(5.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	754	-	70	1.791	2.615
Taxa Média de Depreciação	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

17. FORNECEDORES

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Energia Elétrica	-	3
Encargos de Uso da Rede Elétrica	233	214
Materiais e Serviços	6.876	3.327
Total	7.109	3.544

18. TRIBUTOS

18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e IRRF s/ JCP

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
IRPJ	7.537	11.240
CSLL	2.715	4.234
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	2.040	-
Total a Recolher	12.292	15.474
(-) Tributos à Recuperar (Nota 10)	(635)	(179)
Tributos Líquidos	11.657	(15.295)

18.2. ICMS, PIS, COFINS, e Outros Tributos

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ICMS	17	-
PIS e COFINS	926	755
Outros	461	189
Total a Recolher	1.404	944
(-) Tributos à Recuperar (Nota 10)	(1.938)	(1.773)
Tributos Líquidos	(534)	(829)

19. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão p/ Contingências de Processos Judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão p/ Perdas do Ativo Imobilizado;
- (iv) Ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (v) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Ativo	17.341	21.437
Passivo	(36.937)	(31.581)
Tributo Diferido Líquido	(19.596)	(10.144)

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31	31	31	31	31	31
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Diferenças Temporárias						
Provisão p/ Contingências	414	336	-	-	414	336
Provisão p/ Perdas em Ativos	5.273	10.763	-	-	5.273	10.763
Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa – PECLD	11.654	10.338	-	-	11.654	10.338
Custo Atribuído	-	-	7.806	8.091	(7.806)	(8.091)
Bonificação de Outorga	-	-	29.131	23.490	(29.131)	(23.490)
Total	17.341	21.437	36.937	31.581	(19.596)	(10.144)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o Lucro Líquido da empresa e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da empresa.

Em atendimento à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a administração da Celesc G considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem, quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da Bonificação de Outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Celesc G de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas. As estimativas de realização para o saldo total do ativo de 31 de dezembro de 2019 são:

Ano	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
2019	298	285
2020	121	288
2021	121	479
2022	248	285
Acima de 2022	16.553	20.100
Total	17.341	21.437

c) Ajuste Avaliação Patrimonial – Conciliação do IRPJ e da CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído com os valores de tributos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

Descrição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.629
(-) Realização do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	990
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.706
(-) Realização do Custo Atribuído	(838)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	285
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.153

d) Conciliação do IRPJ e da CSLL Correntes e Diferidos

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	102.633	77.019
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL	(34.895)	(26.186)
Adições e Exclusões Permanentes		
Equivalência Patrimonial	1.512	121
Juro s/ Capital Próprio – JCP	4.623	-
Benefício Fiscal	(212)	(139)
Incentivos Fiscais	603	410
Multas Indedutíveis	(26)	(1)
Outras Adições/Exclusões	24	18
Total do IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(28.371)	(25.777)
Corrente	(18.918)	(25.248)
Diferido	(9.453)	(529)
	(28.371)	(25.777)
Alíquota Efetiva	27,64%	33,47%

20. TAXAS REGULAMENTARES

São compostas pelos encargos do setor de energia elétrica.

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	153	181
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (ii)	23	22
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (iii)	3.141	2.580
Total	3.317	2.783
Circulante	965	246
Não Circulante	2.352	2.537

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

21. DEBÊNTURES

21.1. Debêntures 2018

Uma segunda emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 1º de junho de 2018, em série única, do tipo simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$150 milhões. Foram emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não devendo ser atualizado monetariamente.

A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e a garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança em favor dos titulares das Debêntures, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As Debêntures possuem prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão, ou seja, seu vencimento está previsto para 1º de junho de 2023. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização vem ocorrendo desde o 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas. Foram pagos, até 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$26,5 milhões principal e R\$18,8 milhões de encargos.

Semestralmente, a Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2019 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

a) Movimentação das Debêntures

Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2018	148.819
Atualização Monetária	11.859
Pagamentos de Encargos	(12.157)
Pagamento Principal	(26.470)
Custos na Emissão de Debêntures	490
Em 31 de dezembro de 2019	122.541
Circulante	35.489
Não Circulante	87.052

b) Custos na Emissão de Debêntures a Apropriar

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Ano 2019		492
Ano 2020	492	492
Ano 2021	492	492
Ano 2022	492	492
Ano 2023	196	196
Total	1.672	2.164

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Debêntures	Dividendos e JCP a Pagar
Em 31 de dezembro de 2017	150.685	11.628
Ingressos de Recursos	147.059	-
Pagamento do Principal	(150.000)	(6.977)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(2.941)	(6.977)
Pagamento de Juros (i)	(12.959)	-
Encargos Provisionados (ii)	12.888	-
Custas na Emissão de Debêntures (ii)	1.146	-
Destinação de Dividendos (ii)	-	14.496
Em 31 de dezembro de 2018	148.819	19.147
Pagamento do Principal	(26.470)	(21.581)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(26.470)	(21.581)
Pagamento de Juros (i)	(12.157)	-
Encargos Provisionados (ii)	11.859	-
Custos na Emissão de Debêntures (ii)	490	-
Destinação de Dividendos e JCP (ii)	-	20.071
Em 31 de dezembro de 2019	122.541	17.637

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados, os custos na emissão de debêntures e a destinação de dividendos são operações que não envolvem a movimentação de caixa.

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Celesc G que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável e em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Celesc G possui os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Contingências:				
Trabalhistas	277	267	520	580
Regulatórias	17	12	-	-
Cíveis	75	75	698	409
Total	369	354	1.218	989

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos
Em 31 de dezembro de 2018	354	989
Adições	15	289
Baixas	-	(60)
Em 31 de dezembro de 2019	369	1.218

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e regulatórios em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados à disposição da Celesc G e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

O processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público do Trabalho por denúncias de trabalhadores nas obras da construção da PCH Prata pertencente à Companhia Energética Rio das Flores, da qual a Celesc G tem participação acionária de 26,07%, com montante de perda estimado em R\$400 mil.

b) Contingências Cíveis

O principal processo está relacionado à reclamação movida por inexigibilidade de débito de duplicatas emitidas em 2011, interposta por consumidor industrial, com estimativa de valor em R\$372,6 mil.

Além disso, existem ações para constituição de faixa de servidão administrativa, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G.

c) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

As contingências passivas trabalhistas estão relacionadas a processos movidos por empregados e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras. O processo mais relevante, com estimativa de perda no montante de R\$720 mil, refere-se à interposição da Ação de Indenização por Danos Morais, relacionado a empregado de empresa prestadora de serviço subcontratada pela Celesc G as obras de ampliação da Usina Pery.

Constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc G discute com agentes setoriais (CCEE) matérias associadas às medidas liminares acerca do GSF em processos onde a Celesc G recorreu na esfera judicial.

A tabela a seguir demonstra a composição e estimativa dos valores de perdas possíveis:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Trabalhistas	863	753
Regulatórias	16.741	12.473
Total	17.604	13.226

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc G em 31 de dezembro de 2019, subscrito e integralizado, é de R\$250 milhões, representado por 43.208.760 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, de titularidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc G, para ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2019 foi:

Descrição	31 dezembro 2019			31 dezembro 2018	
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
Natureza dos Créditos					
Realização do Custo Atribuído	838	210	75	553	1.923
Total	838	210	75	553	1.923

d) Dividendos

A proposta de dividendos para o Exercício de 2019 é de 30%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, observadas suas limitações.

Descrição	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	74.262	51.242
(-) Constituição de Reservas Legal	(3.713)	(2.562)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	70.549	48.680
Pay-out praticado 30%)	21.164	14.604
JCP (Líquido de Imposto)	11.557	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	6.080	12.170
Total de Dividendos e JCP Mínimos Obrigatórios	17.637	12.170
Dividendos Complementares à Disposição da AGO (5%)	3.527	2.434
Total de Dividendos e JCP do Exercício	21.164	14.604

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Dividendos e JCP a Distribuir do Exercício (25%)	17.637	12.170
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	2.434	2.326
Total dos Dividendos do Exercício	20.071	14.496

24. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

25. RECEITAS

25.1. Mercado, Preço da Energia e Receita

A venda da energia elétrica é realizada tanto no Ambiente de Contratação Livre – ACL quanto no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e a comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN é operacionalizada, contabilizada e regulada por meio da CCEE.

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	164.411	177.465
Fornecimento de Energia Elétrica	31.388	36.132
Fornecimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(909)	1.485
Suprimento de Energia Elétrica	71.813	69.086
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(77)	6.812
Energia Elétrica de Curto Prazo	18.735	22.584
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	43.461	41.366
Deduções da Receita Operacional	(15.803)	(16.994)
PIS	(2.427)	(2.656)
COFINS	(11.180)	(12.235)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(277)	(268)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.028)	(907)
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	(891)	(928)
Receita Operacional Líquida – ROL	148.608	160.471

a) Receita Operacional Bruta – ROB

Descrição	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Nº de consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	8	11	103.898	139.733	22.120	29.325
Comercial, Serviços e Outros	1	2	52.809	55.362	8.359	8.292
Suprimento de Energia	55	49	492.076	503.658	71.736	75.898
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	43.613	28.242	18.735	22.584
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	-	-	-	-	43.461	40.808
Total	64	62	692.396	726.995	164.411	177.465

(i) Informações não auditadas

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$)
	Ciclo 2019/2020	Julho/2019 a Junho/2020
UHE Pery	9.813.481,68	817.790,14
UHE Garcia	10.122.039,41	843.503,28
UHE Bracinho	13.113.790,03	1.092.815,84
UHE Cedros	9.595.876,71	799.656,39
UHE Palmeiras	20.085.497,84	1.673.791,49
UHE Salto	6.818.340,73	568.195,06

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de dezembro de 2019

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas c/ Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	19.752	-	-	-	19.752
Pessoal	953	955	12.415	-	14.323
Material	267	-	105	-	372
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.409	-	-	-	2.409
Custos e Serviços de Terceiros	6.930	612	2.303	-	9.845
Depreciação e Amortização	4.482	-	866	-	5.348
Seguros	230	-	-	-	230
Provisões Líquidas (b)	-	3.869	-	(14.903)	(11.034)
Tributos	(307)	171	103	-	(33)
Aluguéis	-	-	411	-	411
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	624	624
Outros Custos e Despesas	1.690	-	84	3.431	5.205
Total	36.406	5.607	16.287	(10.848)	47.452

31 de dezembro 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas c/ Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	34.833	-	-	-	34.833
Pessoal	2.855	666	7.996	-	11.517
Material	333	-	47	-	380
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.338	-	-	-	2.338
Custos e Serviços de Terceiros	5.714	555	2.071	-	8.340
Depreciação e Amortização	4.669	-	934	-	5.603
Seguros	271	-	1	-	272
Provisões Líquidas (b)	-	13.654	-	798	14.452
Tributos	(343)	58	197	-	(88)
Aluguéis	-	-	299	-	299
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	410	410
Outros Custos e Despesas	(311)	-	10	7	(294)
Total	50.359	14.933	11.555	1.215	78.062

a) Energia Elétrica Comprada p/ Revenda

Descrição	31 dezembro 2019	MWh (i)	31 dezembro 2018	MWh (i)
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda				
Electra Comercializadora de Energia Ltda	1.763	11.016	-	-
Dona Francisca Energética – DFESA	16.903	140.870	16.904	140.856
Focus Energia Ltda	-	-	6.185	24.153
Nova Energia Comercializadora S.A.	-	-	1.987	6.398
Principal Comercializadora Ltda	-	-	1.373	5.952
Quantum Energias S.A.	479	5.208	8.309	20.844
Boven Comercializadora de Energia Ltda	-	-	2.816	5.580
Capitale Energia Comercializadora Ltda	-	-	809	5.752
Rondinha Energética	2.579	10.836	-	-
Avelino Bragagnolo	41	229	-	-
(-) PIS Crédito	(359)	-	(633)	-
(-) COFINS Crédito	(1.654)	-	(2.917)	-
Total	19.752	168.159	34.833	209.535

(i) Informações não Auditadas

b) Provisões, Líquidas

Em decorrência de nova análise do imobilizado a fim de verificar o Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) realizado em 2019, foi revertida a Provisão para Perdas registrada anteriormente no valor de R\$15.286 mil e constituída nova provisão no montante de R\$3.575 mil (Nota 15).

As provisões judiciais, devido a alterações no risco de perdas em determinados processos judiciais, foi instituída reversão para contingências no valor de R\$60.000.

Em decorrência das incertezas do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF, foi constituída PECLD no montante de R\$8.137 mil no ano de 2019.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Receita Financeira	9.586	8.743
Renda de Aplicação Financeira	4.136	3.403
Juros do Contrato de Mútuo (Nota 13)	5.652	5.587
Multas Contratuais	220	80
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	32	78
Outras Receitas Financeiras	(454)	(405)
Despesas Financeiras	(12.557)	(14.488)
Ajuste a Valor Presente – UBP (Nota 16)	-	(8)
Juros s/ as Debêntures (Nota 21)	(11.859)	(12.888)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(13.597)	-
Reversão de Juros s/ Capital Próprio – JCP	13.597	-
Custos na Emissão de Debêntures (Nota 21)	(490)	(1.146)
Atualização do P&D	(159)	(138)
Outras Despesas Financeiras	(49)	(308)
Resultado Financeiro	(2.971)	(5.745)

28. EVENTO SUBSEQUENTE

28.1. Contrato de Mútuo

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019 de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A. – Celesc G, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, e a proposta da administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 12 de março de 2020.

Luiz Felipe Ferreira
(Presidente)

Márcio Ferreira

Douglas Borba

André Luis Nunes de Mello Almeida

Thiago Costa Jacinto

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

Exercício Social 2019

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484 de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria é composto pelo Conselheiro de Administração Sr. Luiz Alberton (Coordenador do Comitê), pelos Srs. Aloísio Macário Ferreira de Souza, Marcos Eduardo Teixeira, Marcelo Nome Silva e Sérgio Tadeu Nabas (especialista em contabilidade societária), conforme previsto na legislação brasileira.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308 de 14/05/1999.

2. Resumo das Atividades em 2019/2020.

No período de janeiro a dezembro de 2019, o CAE da Celesc realizou 14 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Corregedor, Auditor Interno, Auditores Independentes, Advogados Internos e Diretoria Executiva da Fundação de Seguridade Social – Celos conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2018. Neste período foram, também, monitoradas as Informações Trimestrais – ITRs do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2019, da Companhia.

As recomendações do CAE estão expressas a seguir.

O CAE recomendou a reestruturação da área de Auditoria Interna, visando eliminar a sobreposição de tarefas com a área de Corregedoria da Companhia, bem como a complementação, por meio de serviço terceirizado, de alguns trabalhos pontuais de auditoria. Para a Corregedoria, determinou a reavaliação do tipo de denúncia que deve ser tratada em seu âmbito, de maneira a direcionar melhor as atividades da área.

Acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao relatório emitido pela Auditoria Independente PwC do exercício de 2018. Acompanhou também as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* nos controles internos que impactam as demonstrações financeiras. Solicitou, ainda, que a Auditoria Interna efetuasse uma revisão nos perfis de acesso ao sistema de faturamento para higienização de acessos indevidos, mitigando um dos principais riscos de controles apontados pela Auditoria Independente. O CAE recomendou que a partir do exercício de 2019 a interlocução da auditoria externa da Companhia seja feita por intermédio da auditoria interna, facilitando o atendimento da demanda e dos prazos legais a serem cumpridos pela Companhia.

O CAE acompanhou durante o exercício de 2019 a atualização dos documentos normativos e solicitou que se mantenham atualizadas, prioritariamente, as normas mais sensíveis e críticas e, no decorrer do exercício, as demais normativas. Teve ciência da revisão do código de ética coordenada pela área de *Compliance* da Companhia e pelo Comitê de Ética.

Na parte do programa de gestão de riscos corporativos o CAE acompanhou, através de apresentações quadrimestrais, o status dos planos de ação, solicitando as ações voltadas à mitigação dos principais riscos, além do encaminhamento de justificativas de atrasos e/ou reformulação dos prazos de execução dos planos de ação.

A Fundação de Seguridade Social – Celos apresentou informações sobre a carteira de investimentos e o andamento dos Processos Administrativos Disciplinares – PADs instaurados. O CAE solicitou que as ações voltadas à prestação de contas complementares (principalmente abertura da composição das carteiras de investimentos, demonstrativos segregados dos planos de saúde e previdenciário) sejam então enviadas para a Celesc. Recomendou a contratação de auditoria independente para atendimento da Lei Complementar 108/2001, em seu artigo 25, que determina que os patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar são responsáveis pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

O CAE recomendou adoção de ações no sentido de eliminaras pendências de baixas de provisões contábeis relativas as ações judiciais já encerradas. A recomendação foi atendida, estando a empresa atuando em esforços direcionados à regularização em sua totalidade. Mesma recomendação em relação à conta de Depósitos Judiciais, cuja conciliação e regularizações foram feitas ao longo do ano de 2019.

Obteve conhecimento de temas importantes, como: cronograma para o fechamento anual dos temas destacados como críticos pela Auditoria Independente; a criação de um grupo de trabalho constituído para adequar o processo de fechamento de obras à base de remuneração regulatória; o cronograma do projeto de substituição do sistema de faturamento da Companhia; informações sobre a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e a criação de um Comitê Gestor para este fim implementado na Companhia; implantação de normas internacionais de contabilidade *IFRS-16* (CPC-06 – Arrendamentos) e *IFRS-9* (CPC-47 – Instrumentos Financeiros); acesso ao relatório das sindicâncias concluídas e em andamento realizadas pela Corregedoria da Companhia.

O CAE solicitou ao Gerente da Corregedoria, que seja discutido no Grupo de Trabalho os tipos de denúncias que devem ser reportadas no Canal de Denúncias do CAE, que atualmente são feitas nos Canais de Denúncias da Celesc.

Solicitou e obteve a apresentação da revisão simplificada dos riscos mais críticos com atualização dos indicadores junto as áreas e consolidação do resultado.

O CAE aprovou o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano de 2020.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

No exercício de nossas atribuições e responsabilidades, analisamos as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2019 assim como as minutas dos Relatórios dos Auditores Independentes. Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Celesc, Relatório da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes (PwC), somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2019 com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo apenas aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis, 13 de março de 2020.

Luiz Alberton
(Coordenador)

Aloísio Macário Ferreira de Souza

Sérgio Tadeu Nabas

Marcos Eduardo Teixeira

Marcelo Nome Silva

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. – Celesc G declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 19 de março de 2020.

João Eduardo Noal Berbigier
(Presidente)

Cleicio Poleto Martins

Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.

Fábio William Loreti

Fabício Santos Debortoli

Leandro Nunes da Silva

Luiz Alberton

Luiz Otávio Assis Henriques

Michel Nunes Itkes

Michelle Silva Wangham

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Geração S.A. – Celesc G declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e com as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Cleicio Poleto Martins
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Finanças e
Relações com Investidores

Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão e
Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski
Diretor Comercial

Fábio Valentim da Silva
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Gestão Corporativa

Marcos Penna
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Celesc Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

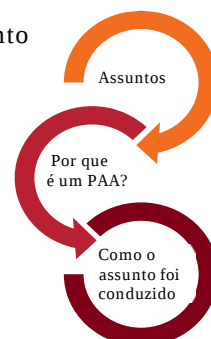
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Celesc Geração S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Notas nº 4.10 e nº 15.3 Em 31 de dezembro de 2019, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 174.778 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Celesc Geração S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



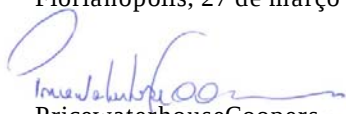
Celesc Geração S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 27 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7